



IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo

Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

GT: Teoria do Discurso e Abordagens Interdisciplinares “Em mim eu vejo o outro”: A importância da identificação dos sujeitos no processo de articulação política

Monique Nascimento 1
Doutora em Administração (UFSC/Brasil)

Eloise Helena Livramento Dellagnelo 2
Doutora em Engenharia de Produção (UFSC/Brasil)

Resumo: Em Laclau e Mouffe (1985) vemos que a formação discursiva, que constitui a condição de emergência do social, pode ser compreendida enquanto prática articulatória. A partir dos autores, sabemos, ainda, que na prática articulatória há uma articulação que resulta em uma modificação de identidades – sejam estas de sujeitos ou de demandas. Isto é, daquilo que representa, a partir de relações equivalenciais, múltiplos elementos num dado momento, sendo tais identidades contingentes, precárias e relacionais. Contudo, para que ocorram as relações equivalenciais entre identidades necessita-se de atos de identificação, circunstância que possibilita a defesa da imbricação entre noções de articulação e identificação dos sujeitos. Em especial, quando entendemos, a partir de Freud, que tudo que estabelece importantes coisas em comum entre as pessoas produz identificações. Todavia, enquanto laço social que se opõe a processos narcísicos, a ideia de identificação entre sujeitos torna-se ainda mais relevante para processos de articulação política quando a relacionamos com o conceito freudiano de narcisismo das pequenas diferenças. Nesse sentido, objetiva-se refletir acerca da relevância da identificação dos sujeitos no processo de articulação política, recorrendo-se ao narcisismo das pequenas diferenças, à luz Teoria do Discurso Política e da Psicanálise.

Palavras-chave: Identificação. Articulação. Narcisismo das Pequenas Diferenças. Psicanálise. Teoria do Discurso Político.

Introdução

Como afirma Ernesto Laclau (2005/2018), os projetos de sociedade que se quer, as mobilizações sociais que se almejam e as resistências que se busca empreender, passam



necessariamente por práticas articulatórias. Desse modo, apoiando-se em Dellagnelo, Bohm e Mendonça (2013) e Chantal Mouffe (2005/2009), considera-se importante a compreensão das práticas articulatórias que conectam os sujeitos e suas demandas não satisfeitas frente àquilo que está estabelecido, e, por consequência, os fragmenta impedindo de se constituírem como um povo e/ou de formarem identificações coletivas (LACLAU, 2005/2018).

Conforme Mouffe (2015), é possível perceber a disseminação e defesa, por autores de diferentes áreas, da ideia do enfraquecimento das identificações e lutas coletivas. Para a autora, tal circunstância têm em comum o propósito da negação da dimensão antagonônica constitutiva do político. De encontro a esta perspectiva, tem-se, a partir de Freud (1921/2010), justificativas para que se sustente o entendimento da impossibilidade da inexistência dos antagonismos sociais e das identificações coletivas.

Sublinha-se, desse modo, que sociedade, sujeito e política possuem imbricamento e não se encontram fora do campo psicanalítico. Apesar disso, nem sempre o potencial político da psicanálise é reconhecido por psicanalistas, bem como por teóricos das ciências sociais e políticas. Contudo, Laclau e Mouffe, por sua vez, realizam certo movimento de defesa do papel político da psicanálise. Nessa perspectiva, tais autores demonstram, em seu empreendimento teórico conhecido como Teoria do Discurso Político (TDP) (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015), que os processos identificatórios constituem o campo político.

Observa-se, ainda, no decorrer de suas obras, a utilização de outras categorias políticas homólogas às psicanalíticas – como: sujeito político, deslocamento, ponto nodal, significante vazio, laço social, etc. Entende-se que tais categorias corroboram as ideias de que: não existe subjetividade fora dos laços sociais; trabalhar a ação coletiva inclui observar aquilo que envolve a psiquê dos sujeitos; e as ações humanas não são influenciadas apenas por questões racionais, mas também pelas “paixões”/afetividade.

Nesse sentido, destaca-se também, um conjunto de debates que enfocam na relação entre TDP e a psicanálise (PAES; DELLAGNELO, 2015; STAVRAKAKIS, 2015; LOK; WILLMOTT, 2014; MÜLLER, 2013; CEDERSTRÖM; SPICER, 2013; FONTENELLE, 2010; BÖHM; BATA, 2010; CONTU; DRIVER; JONES, 2010; CONTU, 2008; JONES; SPICER, 2005; BURITY, 1998). Nas discussões mencionadas, nota-se uma postura antifundacionista, rejeitando o essencialismo e determinismos, bem como a racionalidade e a moralidade enquanto fundamentos absolutos para ação dos sujeitos. Isto implica o



entendimento do sujeito enquanto um ator político; um ser de pulsões, de desejo e do inconsciente, constituído na e pela linguagem (PAES; DELLAGNELO, 2015); um precipitado de práticas identificatórias cujas identidades são relacionais (SATAVRAKAKIS, 2015; LOK; WILMOTT, 2014; MÜLLER 2013; BURITY, 1998).

Todavia, as discussões sobre identificação levada a cabo pela TDP em suas interlocuções com a psicanálise não dão conta de explicar os processos de aproximação e distanciamento que ocorrem no estabelecimento das cadeias de equivalência, elemento fundamental em toda articulação política, geradora de organizações ou processos contra hegemônicos. Assim, defende-se neste ensaio, que a compreensão de práticas articulatórias e/ou de projetos políticos comuns requisita atenção para as dinâmicas de identificação estabelecidas e a dimensão afetiva destas.

Enfatiza-se que isto é possível por meio da articulação entre categorias utilizadas e/ou desenvolvidas por Laclau e Mouffe, como o conceito de identificação com a noção de narcisismo das pequenas diferenças de Freud. Reforça-se que esta articulação pode contribuir na compreensão de projetos políticos e/ou práticas articulatórias considerando-se desde os instantes em que laços e cadeias de equivalências são estabelecidos até aqueles em que esses são desfeitos e/ou tensionados.

Identificação e Narcisismo das Pequenas Diferenças

Das mais variadas maneiras, sujeitos, individual ou coletivamente, evocam e refletem sobre o questionamento de Descartes que remete tanto às noções de identificação quanto de identidade: “O que eu sou?” Autores como Starnino (2016) e Burity (1998), se propuseram a pensar a questão da identidade de um sujeito e/ou grupo, a partir da psicanálise e da TDP, e ambos tendem a concordar quanto à relação de reciprocidade entre identidade e identificações. Para Burity (1998, p.3), “a identidade é um momento instável da prática da identificação”. Conforme Starnino (2016), ao se discorrer acerca da identidade – de um sujeito e/ou grupo –, a partir da teoria psicanalítica, deve-se considerar que esta está circunscrita às identificações, que nada tem de idêntico e tampouco está sintetizada no eu.

Em Freud, a noção de identificação é tratada em vários textos cujos desdobramentos demarcam a relevância das relações de identificação na constituição do sujeito. Em psicologia



das massas, Freud (1921/2011) se refere à identificação, como: a forma mais primitiva de uma ligação afetiva com outra pessoa; modo pelo qual o Ego constitui sua subjetividade; um processo por meio do qual o sujeito assimila um ou mais traços, pensamentos, ideias de outro sujeito, integrando-os ao eu. Freud (1921/2011, p. 92) também relembra que cada sujeito é “um componente de muitos grupos, tem múltiplos laços por identificação, e construiu seu ideal do Ego segundo os mais diversos modelos”.

Ademais, segundo Freud (1921/2011), as relações afetivas estabelecidas entre sujeitos podem reivindicar ser apreciadas enquanto fenômenos sociais que se colocam em oposição a outros processos, denominados de narcísicos. Além de lançar mão da noção de narcisismo para a compreensão de relações afetivas estabelecidas entre o sujeito e o outro, Freud (1921/2011) também a utiliza para pensar identificações coletivas, a cultura [*kultur*] e o social. Para Freud (1921/2011), nas antipatias e aversões contra pessoas que se acham próximas, pode-se reconhecer a expressão de um amor a si próprio, um narcisismo que se empenha na afirmação de si. Narcisismo este, que em “O Tabu da Virgindade” (1917/1996) é denominado de narcisismo das pequenas diferenças.

Destaca-se que a expressão narcisismo das pequenas diferenças, à primeira vista pode parecer uma construção antitética, tendo em vista os termos que a compõem: narcisismo e diferença. Enquanto o narcisismo assinala o Um, a ideia de que o sujeito encontra em si mesmo o gozo sexual (FREUD, 1914/2010), as diferenças remetem ao espaço da alteridade (FREUD, 1919/2010). Quando destinado às massas, o termo narcisismo designa a insuflação amorosa da identidade coletiva obtida. Já as pequenas diferenças, descrevem um processo em que, sob a égide do ideal do ego de supremacia, a intolerância ao outro é demonstrada, de modo mais intenso, contra as diferenças próximas do que àquelas consideradas fundamentais (FUKS, 2011).

Conforme manifesto por Fuks (2011), o narcisismo das pequenas diferenças é situado na região de fronteira – portanto de tensão – que está na base do nós e dos outros. Manifesta-se como angústia frente às pequenas diferenças e oposição ao reconhecimento destas. No que concerne às diferenças, a partir das obras freudianas, entende-se que variados obstáculos, de alguma maneira, se opõem ao reconhecimento da alteridade e tornam impossível, metapsicologicamente, a sua aceitação imediata.



Segundo Freud (1930/ 2011), apesar de alguns tentarem negar, o ser humano não é uma criatura ávida de amor. Há em cada sujeito, um pendor à agressividade que perturba a relação com o próximo e que obriga a civilização a grandes dispêndios. “Devido a essa hostilidade primária, a sociedade é permanentemente ameaçada de desintegração” (FREUD, 1930/2011, p. 58) e o interesse do trabalho em comum não é percebido como suficiente para dar conta da agressividade. Disso decorre o uso de métodos para instigar as pessoas a estabelecerem identificações e relações afetivas (FREUD, 1930/ 2011).

Todavia, essa hostilidade e/ou intolerância frente às diferenças desaparece, temporariamente ou de modo duradouro, por meio da formação da massa e dentro da massa. Enquanto dura a formação da massa, os seus integrantes suportam a especificidade um do outro e não sentem repulsa por ela. Tal limitação do narcisismo pode se dar apenas por um fator, pela ligação libidinal entre as pessoas. “O amor a si encontra limite apenas no amor ao outro, amor aos objetos” (FREUD, 1921/ 2011, p. 58). A respeito disso, Freud (1921/ 2011, p. 59) acrescenta: “Portanto, se na massa aparecem restrições ao amor-próprio narcisista, inexistentes fora dela, isso indica forçosamente que a essência da formação da massa consiste em ligações libidinais de nova espécie entre os membros da massa”.

Nesse sentido, as relações de amor/ligações libidinais, são apontadas por Freud (1921/ 2011), como o âmago da alma coletiva, uma espécie de laço social capaz de unir/ligar as pessoas (FREUD, 1930/ 2011, 1932/2010) e de suspender no seu interior, o narcisismo das pequenas diferenças (FREUD, 1921/ 2011, 1930/ 2011). Entre tais mecanismos de ligação libidinal, conforme outrora mencionados, encontram-se aqueles denominados de identificações (FREUD, 1921/ 2011). A partir da leitura de Freud (1921/ 2011), pode-se compreender que uma ideia, abstração, uma tendência e/ou uma vontade partilhável por muitas pessoas, assim como o ódio a uma pessoa ou instituição, também poderiam, semelhante ao líder, terem efeitos unificadores e provocarem ligações libidinais. Circunstância esta, em que os sentimentos relacionados às pequenas diferenças são temporariamente suspensos no interior da massa, para num segundo momento retornarem com intensidade na “oposição” estabelecida a essa formação coletiva.

Afinal, na formação das massas, aparecem restrições ao amor-próprio narcisista que são inexistentes fora delas. De maneira semelhante à compreensão de que individualmente o narcisismo das pequenas diferenças atua na tentativa de uma unidade do Eu, coletivamente há



uma busca pelo estabelecimento e manutenção de certa coesão da massa. Frente a essa perspectiva, entende-se que Freud (1921/2011) sugere que no narcisismo das pequenas diferenças, há uma evidência dos efeitos narcísicos no enfrentamento de diferenças presentes nos laços sociais – situação em que o eu, mesmo dividido e precário, busca a completude.

Outra forma de suspensão do narcisismo das pequenas diferenças é aquela que envolve a privação do objeto da necessidade. Esta é a circunstância em que há uma intensificação da pulsão e suspensão temporária dos sentimentos relacionados às diferenças. Essa ideia pode auxiliar na explicação do porquê, em tempos de guerra, há uma suspensão do narcisismo das pequenas diferenças, durante a formação de alianças entre povos normalmente hostis uns com os outros (GUIMARÃES; ENDO, 2011).

Realizadas as discussões propostas até aqui embasadas na psicanálise, refletir-se-á agora acerca de algumas noções centrais à Teoria do Discurso Político que auxiliam na compreensão da formação de identificações em Laclau e Mouffe.

Teoria do Discurso Político: Conceitos centrais à compreensão da identificação

Entre as categorias teóricas centrais à TDP tem-se o conceito de discurso que é utilizado para “dar conta de regras de produção de sentido pelas quais um determinado fenômeno encontra seu lugar no mundo social e num conjunto de discursos articulados entre si num determinado fenômeno específico” (BURITY, 2014, p. 66). Conforme Laclau (2005/2018), o discurso constitui o lócus da construção da objetividade. Isso significa que o discurso não é essencialmente relativo às áreas da fala e da escrita, mas que engloba conjuntos de elementos nos quais as relações possuem papel constitutivo.

A formação discursiva, por sua vez, pode ser compreendida enquanto prática articulatória e envolve, desse modo, a fixação/desfixação de um sistema de diferenças (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015). Cabe destacar que qualquer possibilidade de fixação de sentidos, sempre parcial, depende de um sistema discursivo. Tal sistema evidencia a instalação de determinada ordem diante de uma situação preexistente de desordem, ou seja, um discurso articula diferenças constituindo-as em equivalências (MENDONÇA, 2003; LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015) – aquilo que subverte a diferença (LACLAU, 2005/ 2018).



Se a articulação entre os momentos diferenciais não fixa um sentido último, logo a estrutura discursiva fixa, apenas, sentidos parciais e todo discurso de fixação se torna metafórico. Nem a absoluta fixação, nem a absoluta não fixação são possíveis. Assim, o caráter incompleto de toda totalidade conduz ao abandono de premissas como àquelas que envolvem: a compreensão de o social ser passível de se desvendar ou desvelar tal qual uma positividade transparente em si mesma, num conhecimento que seja a expressão da verdade; as ideias de sociedade enquanto uma totalidade suturada e autodefinida; e a percepção das identidades como plenamente fixadas (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Se nenhuma estabilidade é dada de antemão, conseqüentemente, a fixação absoluta de sentido é impossível. Todavia, isto, não implica o impedimento de fixações parciais e na existência de alguns pontos discursivos que tentem limitar o fluxo das diferenças. Os pontos discursivos privilegiados dessa fixação parcial são denominados de pontos nodais. Estes, na perspectiva de Laclau e Mouffe (1985/ 2015), possuem inspiração no conceito de *points de capiton*, elaborado por Lacan (LACLAU; 2005/ 2018; LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015). De acordo com Žižek (1989/ 2008, p. 104), o ponto nodal “é a objetificação de um vazio, de uma descontinuidade aberta na realidade pela emergência do significante”.

Laclau (2005/ 2018) manifesta que o ponto nodal, além de ocasionar a fixação parcial de uma construção discursiva, é também responsável pela constituição de identidades. Isso porque ele articula um conjunto de significantes privilegiados numa operação que ajuda a construir as identidades – entende-se aqui identidade enquanto resultado de uma articulação discursiva. Entretanto, para que o ponto nodal possa produzir efeito agregador e gerar equivalências, tem de se tornar não apenas contingente, mas também vazio.

Em conformidade com Laclau (2005/2018, p.14), o significante vazio é descrito como “um significante sem significado, mas que ainda faz parte do processo de significação”. Observa-se com isso, que significantes vazios se constituem na quebra dos processos de significação (LACLAU, 1996/ 2011). Laclau (1996/ 2011) menciona que os significantes vazios são formas de representação as quais paulatinamente são esvaziadas de seu conteúdo ideológico conforme outras identidades são integradas a eles, e servem, por conseguinte, como ponto de identificação para uma gama de diferentes sujeitos. Assim, por aglutinar tantas identidades o significante vazio perde seu significado específico e torna-se um “significante sem significado”.



A impossibilidade da constituição de um sentido finalístico envolve, ainda, a noção de antagonismo. Na obra de 1985, Laclau e Mouffe desenvolveram a noção de antagonismo com o objetivo de demonstrar que as relações políticas não são desenvolvidas a partir de lutas políticas prontas. Entendida, em 1985, como limite de toda a objetividade, a partir de *Novas Reflexões sobre a Revolução de Nosso Tempo*, a categoria de antagonismo (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015) perde essa dimensão e passa a estar relacionada com o nível da produção discursiva de sentido (MENDONÇA, 2012).

Nesse sentido, o limite da significação passa a ser associado à categoria deslocamento. O deslocamento é, pois, o instante em que o extra discursivo demonstra o limite do sentido. Segundo Mendonça (2012), uma estrutura deslocada é uma estrutura que experimenta uma ocasião em que é posta em xeque. Nesse sentido, o deslocamento é entendido como anterior, é externo à significação – e externo ao antagonismo. É um processo pelo qual a contingência das estruturas discursivas se torna visível.

Ao discorrer acerca dos antagonismos sociais, Laclau e Mouffe fornecem explicações acerca das maneiras pelas quais as relações antagônicas perturbam os sistemas discursivos. Para tal feito, Laclau e Mouffe (1985/ 2015) introduzem as lógicas da equivalência e diferença. Laclau e Mouffe (1985/2015) asseveram que o discurso conta com duas lógicas de constituição que tornam possível uma formação discursiva em virtude de a totalidade discursiva ser incompleta e contingente, a saber: lógica da equivalência e lógica da diferença. Ambas as lógicas andam juntas e são constitutivas de um mesmo processo: a lógica da equivalência existe, apenas, a partir da existência de um efeito discursivo que decorre da lógica da diferença.

Em consonância com Laclau e Mouffe (1985/2015), a lógica da equivalência representaria uma lógica de simplificação do espaço político, enquanto a lógica da diferença seria concebida como uma lógica de sua expansão e complexidade crescente. Ou seja, se a lógica da equivalência funciona dividindo um sistema de diferenças e instituindo uma fronteira política entre dois campos, a lógica da diferença faz exatamente o oposto. Consiste na expansão de um dado sistema de diferenças, dissolvendo cadeias de equivalência existentes e incorporando esses elementos desarticulados em uma ordem de expansão (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).



Em um trabalho intitulado de “Inclusão, exclusão e a construção de identidades”, Laclau (2006) desenvolve exemplificações que permitem o entendimento de que as cadeias de equivalências envolvem a articulação, dentro de uma formação discursiva, de algo em comum entre diferentes atores/lutas. Nesse processo, as diferenças anulam-se mutuamente na medida em que são utilizadas para expressar algo comum que permeia a todos. Laclau e Mouffe (1985/ 2015), indicam ainda, que as cadeias de equivalências variam de acordo com o antagonismo e que elas podem afetar e penetrar. Quanto mais instáveis as relações sociais, mais os pontos de antagonismos se proliferam e mais difícil torna-se a constituição de cadeias unificadas de equivalências. Mesmo quando estas são constituídas, não assumem caráter definitivo, ou seja, um sistema de equivalências nunca é/está imune de se transformar em diferenças.

A compreensão da argumentação trazida por Laclau (1996/2011, 2005/ 2018) pode ser facilitada ao se ter em mente que na TDP a realidade social é concebida enquanto um campo discursivo. O social, consiste assim, num jogo de diferenças, ou seja, é num espaço em que as identidades buscam estabelecer-se por intermédio de disputas antagônicas. Quando uma dessas identidades se fixa, ou seja, representa um conjunto de outras identidades, surge uma articulação discursiva. Todavia, toda articulação é contingente e precária, tendo em vista as diferenças não articuladas, para além de seus limites. Frisa-se que, no interior de um campo discursivo, existem diversas demandas, isto é, unidades mínimas a serem consideradas para ocorrência de uma experiência política. Mesmo que estejam desarticuladas, há a possibilidade de que alguma delas consiga fixar sua significação – parcialmente – e articular em torno de si outras demandas opostas a um discurso antagônico.

Nesse instante, a demanda, inicialmente tida como particular, torna-se universal. Dito de outro modo, a demanda se esvazia de sua relação com significados específicos e se transforma em um significante que perde referência direta a um significado (LACLAU, 2006). Essa operação, em que uma diferença, por meio de uma particularidade, assume um significado universal é entendida como hegemonia. Para tanto, são necessárias práticas articulatórias, que são também, práticas hegemônicas, mediante as quais se estabelece determinada ordem e se fixa, de maneira parcial, o significado (MOUFFE, 2007). Logo, compreende-se que toda ordem hegemônica é uma articulação precária e contingente, e trata-se, pois, de um fenômeno político (MOUFFE, 2007).



O político, representaria assim, um espaço de conflito, poder e antagonismo. Por esse ângulo, Mouffe (2007) refere que uma vez que se compreenda que toda identidade é relacional e que a afirmação de uma diferença é uma condição prévia para a existência de qualquer identidade, pode-se sugerir que a relação social aí existente pode sempre se tornar terreno fértil do antagonismo. No caso da constituição de identidades coletivas, para a autora, sempre existe a possibilidade de que essa relação de um “nós e eles” se converta em uma relação de antagonismo. Isso acontece quando o outro, que até então havia sido considerado simplesmente diferente, passa a ser percebido como alguém que questiona a identidade do sujeito e ameaça a sua existência.

Esta visão, defendida por Mouffe (2007, 2015), opõe-se à crença num mundo sem inimigos e à ideia do consenso enquanto possível de ser alcançado, assim como à concepção de que a superação da animosidade e da hostilidade presentes nos vínculos humanos é algo realizável. Isto é, contrasta-se com a compreensão que nega o caráter conflituoso das sociedades e com a impossibilidade de erradicação do antagonismo. Ideias estas, que ao invés de permitirem a expressão de canais legítimos de expressão das diferenças, aprofundam o antagonismo social (MOUFFE, 2007).

Isto posto, buscar-se-á, a seguir, desenvolver articulações entre a TDP e a psicanálise, em especial, no que concerne às identificações e ao narcisismo das pequenas diferenças.

Articulações entre a Teoria do Discurso Político e Psicanálise

Conforme antes evidenciado, Freud (1921/2011) refere que as relações entre sujeitos são fenômenos sociais que se opõem aos processos narcísicos, afirma também que há nos humanos um pendor à agressão e ao ódio que perturba a relação de uns com os outros e que essa hostilidade primária ameaça permanentemente a sociedade à desintegração (FREUD, 1930/2011, 1932/2010). Ainda, segundo o autor, o interesse pelo trabalho comum não manteria a sociedade “integrada”, pois, as paixões movidas pelas pulsões seriam mais fortes do que interesses ditados pela razão (FREUD, 1930/2011).

Frente à constante ameaça de dissolução, a civilização teria que recorrer a alguns meios para pôr limites ao pendor à agressividade, animosidade e/ou hostilidade humana e simbolizar as potências do id ou, em outras palavras, as potências da dimensão inconsciente



que constituem um reservatório de energia psíquica. Tais tendências, se não ligadas afetivamente seriam forças letais que poriam em risco a cultura, a civilização. Entre esses meios encontra-se o laço libidinal – ou laço social –, que presume uma ligação afetiva (ou laço afetivo) cuja pulsão não possui necessariamente como fim a satisfação sexual (FREUD, 1921/2011, 1930/2011).

Como mais antigo mecanismo de laço afetivo, ou laço social, Freud (1921/2011) evidencia a identificação. De acordo com Freud (1921/2011), entre os membros de um grupo ou massa, esse tipo de laço afetivo, ou laço social, – identificação – surge diante da nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma pessoa que não é objeto de satisfação sexual, podendo ser relacionada a ligação ao líder – sustentando-se verticalmente – ou a uma ideia, uma abstração, uma tendência comum, um desejo partilhável por muitas pessoas – sustentando-se horizontalmente. Freud (1932/2010, p.431) discorre ainda: “Tudo que estabelece importantes coisas em comum entre as pessoas, produz esses sentimentos comuns, as identificações”.

Acredita-se, assim, que as identificações coletivas estruturadas a partir da identificação/ligação afetiva com tais representações, ideais ou desejos compartilhados entre membros de um grupo, podem ser entendidos, num sentido freudo-laciano, como relacionadas a determinados significantes. Conforme frisa Lacan (1961 [1961-62] / 2003, p. 25): “o importante na identificação deve ser, propriamente, a relação do sujeito com o significante (...). (...) identificação é uma identificação significante”.

Todavia, estes significantes relacionados às identificações, não são concebidos como necessariamente unidos ao significado, ao conceito que designa. Como lembra Laclau (1996/2011), é ao perderem seus significados específicos e tornarem-se “significantes sem significados”, que estes podem servir como pontos de identificações para uma gama de sujeitos. Cabe salientar que a identificação com estes significantes, denominados por Laclau de significantes vazios, requisita a instauração de pontos – pontos nodais – que funcionem como aglutinadores das representações, ideais ou desejos dos sujeitos.

Os pontos nodais, neste caso, requerem uma diminuição do investimento libidinal no ego ou no particular em prol daquilo que é comum, ou que foi esvaziado de seu significado particular. Nesse sentido, o esvaziamento do significado particular transforma este numa universalidade que o transcende e o universal torna-se um lugar vazio que unifica um



conjunto de identidades e demandas equivalenciais – isto é, para que ocorra esse esvaziamento do particular tais significantes precisam funcionar como significantes vazios.

Frisa-se que identidades e demandas não devem ser compreendidas enquanto sinônimos, mas como imbricadas umas às outras. Ou seja, entende-se que as demandas são constituídas a partir de/por identidades e que possuem identidades – identidade da demanda. Logo, a relação equivalencial entre demandas requer atos de identificação e pode atuar – assim como os antagonismos, conforme abordado a seguir – na constituição de novas/outras identidades. No que concerne às identidades, frisa-se que, neste trabalho, estas são compreendidas enquanto relacionadas às identificações e, ainda, como representantes, a partir de relações equivalenciais, de múltiplos elementos num dado momento – sendo, portanto, contingentes, precárias e relacionais.

A respeito das demandas, tem-se em Laclau (2005/2018) que tal noção possui certa ambiguidade, podendo significar um pedido ou uma exigência. Na primeira forma, a demanda se trata de uma solicitação feita aos canais institucionais. Todavia, quando esta não é atendida e ocorrem também outros pedidos não satisfeitos, pode haver entre elas o estabelecimento de uma relação equivalencial no que diz respeito ao que impede o atendimento dessas demandas.

Para ser acrescentada a uma cadeia de equivalências, a demanda deve esvaziar a sua relação com significados específicos, transformando-se, assim, em um significante vazio. Essa operação, em que uma particularidade assume um significado universal, é entendida como hegemonia. Para Laclau e Mouffe (1985/ 2015), hegemonia envolve o instante em que uma força social – particular – assume a representação de uma totalidade que lhe é incomensurável. É, ainda, uma relação em que determinada identidade, em certo contexto histórico, de modo precário e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplos elementos (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014) – ou seja, posições diferenciais, que anteriormente à articulação discursiva, encontram-se aleatoriamente dispersas.

Destaca-se que tal relação equivalencial não pressupõe uma simples igualdade entre identidades – demandas ou algo que seja comum entre diferentes atores/lutas –, visto que toda relação deste tipo é atravessada pela ambiguidade: dois termos para serem equivalentes precisam ser diferentes; e, a equivalência existe apenas no ato de subverter o caráter diferencial daqueles termos (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015). Nessa perspectiva, a



equivalência é aquilo que subverte – de forma precária e contingente – as diferenças, que por sua vez, são condições prévias para a existência de qualquer identidade – já que esta é constitutivamente cindida.

Nos termos de Laclau (1996/ 2011, 2005/ 2018), tal entendimento implica a percepção de que as identidades são constituídas no bojo da tensão das lógicas de equivalência e diferença – lógicas da simplificação do espaço político e de sua expansão e complexidade crescente. Como lembram Howarth e Stavrakakis (2000), a lógica de equivalência divide um sistema de diferenças e institui uma fronteira política entre dois campos – “nós” e “eles” –, permitindo a construção, a partir da articulação de diferentes demandas, de uma nova positividade da sociedade. Já a lógica da diferença, consiste na expansão de um determinado sistema de diferenças dissolvendo cadeias de equivalências, e, caracterizando-se, assim, pela afirmação de demandas em suas particularidades.

No que concerne às cadeias de equivalências, é possível o entendimento de que estas envolvem a articulação de algo comum entre atores e lutas/ identidades e demandas, e a instituição de uma fronteira política. Todavia, antes de discorrer acerca da conformação de cadeias de equivalência, cabe mencionar que nem toda demanda, identidade ou significante podem ser inscritos em uma cadeia de equivalências. Em Laclau (2006), observa-se que a conformação de cadeia de equivalências implica a criação de dois polos fronteirizos, que delimitam relações de inclusão e exclusão a partir do seu exterior.

Acredita-se ser possível admitir, assim, que a construção de cadeias de equivalências, necessita da formação de um significante vazio e da identificação com este, que por sua vez, requisita a instauração de um ponto que funcione como aglutinador das representações, ideais ou desejos dos sujeitos. Este, o ponto nodal, ao requerer uma diminuição do investimento libidinal no ego ou no particular em prol daquilo que é comum, ou do que foi esvaziado de seu significado particular, atua na suspensão de diferenças, bem como da hostilidade, agressividade e outros sentimentos intolerantes referentes às diferenças internas, auxiliando na formação de uma unidade ou relação equivalencial. Diante disso, ocorre ainda, a instituição de uma fronteira política, um corte antagônico, que passa a dividir o espaço social, e a constituição de uma identificação coletiva.

Ainda que não discorra explicitamente acerca da articulação teórica proposta neste tópico, e mais especificamente, daquilo que foi enunciado no parágrafo anterior, Mouffe



(2015) desenvolve argumentações que auxiliam no embasamento da possibilidade de se discutir o narcisismo das pequenas diferenças em conjunto com empreendimento intelectual elaborado pela autora junto de Laclau. Na obra “Sobre o Político”, Mouffe (2015) embasa-se na teoria da identificação freudiana e menciona que a afirmação de uma diferença é pré-condição para a existência de qualquer identidade – ou seja, uma identidade existe na medida em que é diferente de outra. Além disso, a autora destaca que o caráter diferencial das identidades discursivas pode ser subvertido pela cadeia de equivalências e que quando essas são inscritas nas referidas cadeias, as diferenças entre elas colapsam e a identificação coletiva é possibilitada.

Acerca disso Mendonça (2009, p.158) aponta:

É decisivo também o entendimento de que esses elementos são diferenças articuladas, o que faz com que os mesmos tenham, ao mesmo tempo, suas demandas particulares ainda presentes, mas que, **em relação à articulação que os envolve, esses cancelam suas diferenças neste instante particular e tão-somente neste instante** (MENDONÇA, 2009, p.158, grifo nosso).

Entende-se, assim, que a lógica da equivalência não elimina por completo a diferença que constitui todo sentido particular, na medida em que todo elemento de um sistema discursivo possui uma identidade e que esta só é diferente à medida que se difere das outras. Todavia, para que ocorra a formação da cadeia de equivalências, é necessário o esvaziamento de sentidos particulares, e, a conseqüente, subversão do caráter diferencial das identidades. Enfatiza-se que as afirmações realizadas não devem ser consideradas mutuamente excludentes, pois, as identidades são tratadas neste trabalho enquanto constitutivamente cindidas.

Por esse ângulo, acredita-se que: as equivalências colapsam diferenças que se relacionam e, ao mesmo tempo, contrastam-se com aqueles significantes esvaziados de todo vínculo com significados particulares e que são capazes de assumir o papel de representar “o sistema como puro Ser” – isto é, com significantes vazios; e, que tal colapso não resultará numa simples relação de igualdade entre identidades em que todo caráter diferencial estará suspenso ou anulado. Segundo já indicavam Laclau e Mouffe (1985/ 2015, p.207): “A dissolução do caráter diferencial das posições dos agentes sociais por meio da condensação equivalencial nunca é completa”.



Desse modo, não se trata aqui de relações equivalenciais entre identidades em um sentido de igualdade, mesmo que não se afirme a existência de um fundamento total que constitua um caráter puramente diferencial entre elas, porquanto, é dessa impossibilidade de se obter/ser identidade plena, da falta, que os atos de identificação podem ser pensados: “Se eu preciso me identificar com alguma coisa, é porque, para começar, não tenho identidade plena” (LACLAU, 1996/2011, p. 140)”.

Nesse seguimento, como dantes explicitado, o processo de conformação de cadeias de equivalências possibilita a constituição de uma identificação coletiva e a instituição de fronteira política. Sublinha-se que para que se possa versar acerca de identificações coletivas, é relevante compreender que a fronteira política ou corte antagônico, enquanto objeto de construção hegemônica, não se baseia numa divisão apriorística permanente advinda de dois campos opostos e anteriores a toda formação hegemônica. Contrariamente, as fronteiras são contingentes e encontram-se em processo constante de deslocamento. Ou seja, essas sofrem constante pressão oriunda da ordem hegemônica localizada do outro lado da fronteira e se deslocam conforme a construção da cadeia de equivalências alternativa – que também se modifica, mantendo, desse modo, seu sentido indeciso.

Nessa acepção, entende-se que da competição existente entre cadeias de equivalências pela representação do significante vazio procede uma pressão estrutural sobre o vazio discursivo, que passa a ser significado pela competição equivalencial. Tal processo concorrencial de apreensão do significante vazio relaciona-se à noção de significante flutuante e permite que se considere que os significados esvaziados são temporariamente construídos e que nem todos os sentidos articulados por formações discursivas antagônicas precisariam ser necessariamente antagônicos. Pelo contrário, conforme aponta Mendonça (2012), discursos antagônicos podem compartilhar alguns sentidos, como no caso dos significantes flutuantes, bem como é válido supor que sentidos positivos e negativos possam ser articulados em um discurso antagônico.

Isto implica que se vislumbre o antagonismo como condição de possibilidade discursiva, tendo em vista a dicotomização do espaço social. Nos termos de Mendonça (2012, p. 223): “O outro antagonizado faz parte do processo de significação, não porque seus sentidos estão incluídos no discurso, mas porque seus sentidos geraram a produção de sentidos antagônicos a eles”. Ademais, de uma forma especial e regional, como enfatizado por



Mendonça (2012), pode-se pensar no entendimento do antagonismo enquanto uma forma de identificação política, de identificação a partir de uma ameaça política.

Nesse sentido, com a dicotomização do espaço social, o antagonismo teria a função de gerar um tipo específico de identificação política. Contudo, isso não quer dizer necessariamente que o discurso é estritamente o oposto do seu polo antagônico, tendo em vista que nada impede que aspectos positivos de identificação – aqueles que definem o que a identidade é, que também a individualizam –, sejam também articulados discursivamente. Ressalta-se que tais entendimentos, em especial, do antagonismo enquanto uma forma de identificação política que emerge a partir de uma ameaça política, surgem embasados na introdução da categoria de deslocamento na TDP, que possibilitou novas formas de se pensar subjetividades políticas, bem como abriu oportunidades de pensar essa categoria num nível ôntico em contextos democráticos (MENDONÇA, 2012).

Cavalcante e Costa (2017), por exemplo, mencionam a possibilidade de se pensar o antagonismo em dois níveis: nível ontológico, que ocorreria entre o real, do qual o deslocamento é um momento, e o simbólico; e, nível da realidade (ôntico), que caracterizaria os diversos conflitos entre posições de sujeito, emergindo a partir de uma ameaça que daria início à produção de um processo articulatório e, por consequência, um discurso. Nessa perspectiva, Baron e Linhares (2020), ainda que sem realizar distinção entre os níveis ontológico e ôntico, ressaltam a possibilidade de antagonismo se mostrar pelo caráter relacional dos processos de identificação dos discursos na ordem do social.

Frente ao exposto, adota-se neste trabalho o antagonismo em nível ôntico. Com isso, assim como Mendonça (2012) e Cavalcante e Costa (2017), entende-se o antagonismo como o momento da percepção de uma ameaça, que gera uma identificação entre elementos e produz um processo articulatório e, por consequência, um discurso. Como em tal discurso o outro antagônico está fora de seus limites, os sentidos articulados, sendo positivos e/ou negativos, compõem a maneira como o sistema discursivo operará. Entretanto, considerando-se processos psíquicos dos sujeitos, recorre-se, ainda, ao narcisismo das pequenas diferenças para se refletir acerca do antagonismo, em especial, naqueles casos em que justamente as pequenas diferenças, dentro da semelhança geral, motivem os sentimentos de estranheza e hostilidade entre sujeitos.



Conforme enunciado por Freud (1925/2011, 1921/2010), sabe-se que existem vários obstáculos que, de algum modo, se opõem ao reconhecimento da alteridade e tornam impossível, metapsicologicamente falando, a aceitação imediata desta. Há, nesse sentido, um esforço do psiquismo do sujeito na afirmação de si e uma tendência à percepção daquilo que lhe é diferente como uma ameaça e/ou algo que pode acarretar uma exortação à mudança. Por esse ângulo, se por um lado o outro ameaça a precária unidade do “eu”, o semelhante e familiar precisa se tornar estrangeiro para preservar essa mesma unidade. As diferenças devem, portanto, exaltar-se para preservar o senso de singularidade do que ameaça ser perdido.

Tal momento de percepção de uma ameaça, em que o outro, símbolo do não-ser do sujeito, interrompe ou impede a constituição de sua identidade plena é apontado por Laclau e Mouffe (1985/ 2015) como uma primeira condição para existência de um antagonismo. Desse modo, a percepção da ameaça pode ocasionar uma identificação entre sujeitos e, conseqüentemente o estabelecimento de laços libidinais, ou afetivos, que auxiliam numa dinâmica de tolerância frente às diferenças desses, a partir da suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças – a libido, nesse sentido, atua à maneira de uma cola que mantém a coesão; embora sempre esteja ameaçada e em perigo pelos interesses narcísicos.

Aos sujeitos identificados é possibilitado um processo articulatório – cujo resultado é um discurso – que envolve a conformação de cadeia de equivalências e a instituição de uma fronteira política, ou de um corte antagonico, que implica a divisão do campo social. Por conseguinte, a relação existente entre o “nós” e o “eles” torna-se antagonica. Com isso, as diferenças “intoleráveis” passam a ser aquelas localizadas fora do grupamento, do nós, e evidenciam-se os efeitos narcísicos no enfrentamento de diferenças presentes nos laços sociais. Tais efeitos, relacionados ao narcisismo das pequenas diferenças, podem ser exteriorizados – ao outro e/ou àqueles do outro grupamento – por intermédio: da angústia frente às pequenas diferenças e oposição ao reconhecimento delas; de sentimentos de aversão, antipatia e inveja; da manifestação de prontidão ao ódio, hostilidade e a agressividade; do ato de caricaturar o outro; e, do racismo.

Cumpra sinalizar o caráter contingente da suspensão do narcisismo das pequenas diferenças intragrupal, que, por sua vez, pode acarretar a precariedade e contingencialidade da identificação estabelecida pelos sujeitos com determinados significantes vazios, bem como da



fixação destes. Esta circunstância dificulta a cristalização e permanência da cadeia de equivalência, pois, esta, mesmo quando constituída, não possui caráter definitivo, assim como a fronteira política, ou corte antagônico, não pressupõe uma separação permanente. Desse modo, o antagonismo, não deve ser compreendido como uma exclusão radical. O que implica a percepção de que discursos antagônicos podem compartilhar alguns sentidos.

Sugere-se que algumas circunstâncias, como a privação do objeto da necessidade, podem facilitar o estabelecimento de identificação com os sentidos compartilhados entre discursos antagônicos e sua fixação parcial, bem como a conformação de cadeias de equivalência entre grupamentos que anteriormente eram antagônicos. Recorrendo-se a termos freudianos, considera-se que, por exemplo, ao ocorrer a privação do objeto da necessidade, pode haver a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças entre grupamentos anteriormente hostis uns com os outros, a partir da intensificação de uma pulsão frustrada.

Isto auxilia na explicação do porquê em tempos difíceis, há uma suspensão do narcisismo das pequenas diferenças durante a formação de alianças, articulações e/ou a construção de projetos políticos comuns, entre povos ou grupamentos normalmente hostis uns com os outros. Contudo, mesmo que o estabelecimento de alianças, articulações e/ou a construção de projetos políticos comuns entre sujeitos seja facilitada com a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças, tal fato deve ser concebido sempre como temporário.

Vale frisar que, diante do exposto, considera-se que a construção de um projeto político comum envolve a articulação de demandas particulares que coloque em conexão sujeitos que se identificam com significantes. E, ainda, de que com isso, é possível que ocorram investimentos libidinais entre os sujeitos, relacionados às identificações estabelecidas entre eles, e, assim, uma suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças. Retoma-se, assim, a defesa de que a compreensão de práticas articulatórias e/ou de projetos políticos comuns requisita atenção para as dinâmicas de identificação estabelecidas e a dimensão afetiva destas. Com isto, pontua-se que a articulação teórica aqui desenvolvida contribui na compreensão de projetos políticos e/ou práticas articulatórias, considerando-se desde os instantes em que laços e cadeias de equivalências são estabelecidos até aqueles em que esses são desfeitos e/ou tensionados.

Referências



BARON, L.; LINHARES, B. de F. A Política como Conflito: a noção de antagonismo na teoria de Ernesto Laclau. **Em Tese**, Florianópolis, v.17, n.2, p.189-206, jul./dez. 2020.

BÖHM, S.; BATA, A. Just doing it: enjoying commodity fetishism with Lacan. **Organization**, v. 17, n. 3, p. 345–361, 2010.

BURITY, J. A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. *In*: MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L.P. (org.) **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 59 - 74.

CAVALCANTE, T. M. B. de M.; COSTA, M. H. A. Equivalência e Processos de Referenciação na Construção Identitária do Movimento Occupy Wall Street. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, n. 47, p. 10-30, nov. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/4115>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CONTU, A. Decaf resistance: on misbehavior, cynicism, and desire in liberal workplaces. **Management Communication Quarterly**, v. 21, n. 3, 364–379, 2008.

DELLAGNELO, E. H. L.; BÖHM, S.; MENDONCA, P. Organizing Resistance Movements: the contribution of Political Discourse Theory. **RAE (Impresso)**, v. 54, p. 141-153, 2013

FREUD, S. Sobre a mais Comum Depreciação na Esfera do Amor (Contribuições à Psicologia do Amor II) (1912). *In*: **Obras completas** - Observações Sobre Um Caso de Neurose Obsessiva ("O homem dos ratos"), Uma Recordação da Infância de Leonardo Da Vinci e outros textos (1909-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v.9.

FREUD, S. Introdução ao Narcisismo (1914). *In*: **Obras completas** – Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.12.

FREUD, S. Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921). *In*: **Obras completas** – Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v.15.

FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos (1925). *In*: **Obras completas** – O eu e o Id, estudo Autobiográfico e Outros Textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v.16.

FREUD, S. O Mal-estar na Civilização (1930). *In*: **Obras completas** – O Mal-estar na Civilização, Novas conferências introdutórias e Outros Textos (1930-1926). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.18.



FREUD, S. Por que a Guerra? (1932). In: **Obras completas** – O Mal-estar na Civilização, Novas conferências introdutórias e Outros Textos (1930-1926). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.18.

FUKS, B. B. **Freud e a cultura**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2011.

GUIMARÃES, L. M; ENDO, P. C. Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 16-27, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 abr. 2019.

HOWARTH, D. **Aplicando la Teoría del Discurso**: el Método de la Articulación en Studia Politicae Nº 5. Editorial Universidad Católica, Córdoba, 2005.

HOWARTH, D.; STAVRAKAKIS, Y. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A.; STAVRAKAKIS, Y. **Discourse theory and political analysis; identities, hegemonies and social change**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

LACAN, J. **Seminário 9: A Identificação**: seminário 1961 - 1962. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

LACLAU, E. **Emancipação e Diferença** (1996). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, E. **A Razão Populista** (2005). São Paulo: Três Estrelas, 2018.

LACLAU, E. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL, A.; BURITY, J. (Org.) **Inclusão social identidade e diferença**: perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume, 2006. p. 21-37.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista**: por uma política democrática radical (1985). São Paulo: Intermeios, Brasília: CNPq, 2015.

MENDONÇA, D. de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 20, p. 135-145, junho de 2003.

MENDONÇA, D. de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 1, jan./jun. de 2009, p. 153-169.

MENDONÇA, D. de. Antagonismo como identificação política. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 9, p. 205-228, dez. 2012.

MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L.P. Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. In: MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L.P. (org.) **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 47 - 58.



MOUFFE, C. **Prácticas artísticas y democracia agonística**. Barcelona, Bellaterra: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2007.

MOUFFE, C. **Sobre o Político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

MÜLLER, M. Lack and jouissance in hegemonic discourse of identification with the state. **Organization**, v. 20, n. 2, p. 279-298, 2013.

PAES, K. D. ; DELLAGNELO, E. H. L. O Sujeito na Epistemologia Lacaniana e Sua Implicação Para os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. 13, p. 530-540, 2015.

STARNINO, A. Sobre identidade e identificação em psicanálise: um estudo a partir do *Seminário IX* de Jacques Lacan. **Dois pontos**: v. 13, n. 3, p. 231-249, dez. 2016.

STAVRAKAKIS, Y. Subjectivity and the Organized Other: Between Symbolic Authority and Fantasmatic Enjoyment. *Peripheral Vision*. **Organization Studies**, v. 29, n. 7, p. 1037–1059, 2015.

ZIZEK, S.; DALY, G. **Arriscar o impossível: conversas com Zizek**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.